

PATOLOGIAS DO SOCIAL: DO SOFRIMENTO À POTÊNCIA DA VIDA INSUBMISSA

SOCIAL PATHOLOGIES: FROM THE SUFFERING TO
THE POWER OF THE UNSUBMISSIVE LIFE

Fernanda Sandrin Zin

LIVRO: PATOLOGIAS DO SOCIAL: ARQUEOLOGIAS DO SOFRIMENTO PSÍQUICO

**AUTORES: VLADIMIR SAFATLE, NELSON DA SILVA JUNIOR, CHRISTIAN DUNKER
(ORGS.)**

BELO HORIZONTE: AUTÊNTICA EDITORA, 2018, 351 P.

Como a recuperação do conceito de patologia social pode nos servir a encarar os desafios clínicos e políticos da contemporaneidade? “Patologias do Social: arqueologias do sofrimento psíquico” é o primeiro livro fruto de um trabalho de três anos do Laboratório de Teoria Social, Filosofia e Psicanálise da Universidade de São Paulo (Latesfip), que partiu da interrogação das modalidades de sofrimento e sua relação com a ordem social para buscar seus dizeres sobre reconhecimento, transformação e resistência. Partindo da colaboração entre diferentes linhas de pesquisa, departamentos, produções de mestrado e doutorado, o trabalho do laboratório deu origem a um livro heterogêneo, mas fiel a um projeto clínico-crítico.

A introdução do livro, escrita por Vladimir Safatle, coordenador do Latesfip ao lado de Nelson da Silva Junior e Christian Dunker, recoloca um modelo de crítica social frente às questões levantadas pelas problemáticas trabalhadas no livro. Safatle insiste na necessidade de que a crítica social se posicione como análise de patologias sociais; isso implica compreender sociedades como sistemas produtores e gestores de patologias – e conseqüentemente reconhecer que se socializam sujeitos não somente através da enunciação positiva de valores normativos, mas principalmente a partir da gestão de seus desvios. Categorias clínicas enunciam, dessa forma, modalidades de intervenção, mas também horizontes de valores socialmente reconhecidos, explicitados pelo seu “desvio” na condição patológica.

O resgate da noção de “patologia social” serve, assim, a uma recuperação crítica da compreensão de patologias enquanto descritores de modos de participação social, que se evidenciam a partir da gestão de suas margens. Safatle, no entanto, propõe que se possa ir além: podemos esclarecer a natureza social das categorias clínicas e os valores normativos que elas enunciam, mas podemos levar uma perspectiva crítica a horizontes maiores de transformação, ao colocá-la a examinar os limites dos mecanismos de reconhecimento social. Constrói, dessa forma, uma proposta que pode ser tomada como importante chave de leitura de todo o livro: a crítica deve apontar para a insuficiência dos mecanismos de reconhecimento, entendendo o sofrimento social como expressão dos limites destes mecanismos em sua força normativa, e liberando assim “a

experiência da vida em sua figura insubmissa aos móveis de gestão biopolítica” (p. 25). Escancaram-se os limites da determinação e a potencialidade crítica de uma ontologia do sujeito que compreenda sua negatividade, que se desdobra em uma dimensão de indeterminação. Torna-se possível, sob essa perspectiva, a recuperação do conceito de “patologia social” que escancara o que há de patológico na constituição mesma do indivíduo moderno nas sociedades capitalistas, o que leva à consolidação de demandas de transformação global das estruturas sociais.

O livro evidencia que reconhecer o que há de social naquilo que é compreendido como patológico pode nos levar ao que há de patológico naquilo mesmo que constitui o social. Sob a perspectiva do projeto intelectual do *Latesfip*, esta ideia se associa ao que Dunker (2018, p. 320) chama de uma “metafísica da identidade”, enquanto diagnóstica das dinâmicas de socialização no capitalismo tardio. Ou seja, reconhece-se na modernidade um diagnóstico que aponta para algo de patológico no próprio processo de individualização como “formação de identidades” enquanto forma predominante de socialização:

Se “identidade de si e alienação de si estão juntas desde o início” (Adorno, 1973, p. 216), é principalmente porque a socialização que visa constituir individualidades segue a lógica da internalização de uma lei repressiva da identidade (Dunker, 2018, p. 320).

A ideia de que há algo de patológico na constituição mesma da individualidade encontra respaldo nas formulações de Lacan sobre a “gênese paranoica do Eu”, que remete à noção de uma unidade sintética do Eu – cujo representante máximo na modernidade está na concepção de “indivíduo” enquanto esteio da vida democrática –, e escancara a insuficiência da exigência de internalização desta “unidade” frente à indeterminação da pulsão. Produz-se assim um efeito de alienação sobre aquilo de irredutível que há no homem, em sua potência de indeterminação, apontada por uma ontologia da negatividade. É aqui que a crítica social pode alargar seus horizontes de transformação, ultrapassando a exposição de contradições entre norma e performatividade, e onde a psicanálise irriga esse movimento crítico “de forma heterogênea e capilar” (Dunker, 2018, p. 321).

No enlace entre as contribuições da crítica social, da filosofia e da psicanálise, situam-se os trabalhos contidos em cada capítulo, cujos resgates conceituais aliam uma análise de categorias clínicas que dão conta de patologias sociais, bem como categorias sociais que descrevem formas de sofrimento social. O sofrimento é entendido aqui como forma de denúncia, crítica e resistência a transformações e dinâmicas sociais, e o sintoma é reconhecido em sua dimensão produtora de laço social e de socialização de desejos. Em comum, é possível reconhecer ao longo do livro um interesse de, ao escancorar a implicação constante entre social e patológico, realizar um movimento de subtração – a partir do que Safatle nomeia “antropologia substrativa” (p. 25) – que exponha as contradições internas às dinâmicas de reconhecimento, possibilitando a formação de uma perspectiva crítica sobre as formas de compreensão e tratamento do sofrimento, que repense as “formas de vida e suas aspirações de reconhecimento e realização” (Dunker, p. 328).

Problemáticas como essas são trabalhadas a partir de temas distintos. Em “O mal-estar no sofrimento e a necessidade de sua revisão pela psicanálise”, contribuição de Nelson da Silva Junior, elas aparecem a partir da análise da mu-

dança do lugar social da ciência, das narrativas atuais sobre o sofrimento e seus efeitos sobre o sujeito. Apontando para uma narrativa organicista do sofrimento psíquico, associada ao saber psiquiátrico em sua relação com o poder econômico, o autor identifica um modo de subjetivação que faz do sujeito objeto de um saber prévio sobre seu padecimento, o que apaga sua implicação sobre aquilo que lhe acomete. Diagnostica, em consequência, um sufocamento do sujeito da enunciação defendido pela psicanálise, e a necessidade de um reposicionamento conceitual desta última diante da cultura. Em “O corpo como lugar de sofrimento social” (Carrenho et al., 2018), patologias que têm no corpo seu *locus* principal são analisadas a partir de uma teoria social da desalienação, que relaciona esses padecimentos à diagnóstica da antes mencionada “metafísica da identidade”. O corpo, nas patologias objeto de análise, é tomado enquanto meio de reivindicação de uma identidade, o que traduz uma forma de alienação de si. Sob essa perspectiva, são formuladas demandas de reconhecimento, passíveis de cooptação por uma lógica financeira, que acabam por buscar extirpar a falta – manifestada na distância sempre presente entre a imagem do corpo ideal e o corpo experimentado subjetivamente.

Já em “Anomia e declínio da autoridade paterna” (Alves, Sanches e De Luccia, 2018), parte-se de um diagnóstico social da anomia e seus possíveis efeitos sobre o sujeito, em um primeiro momento, para uma posterior análise da anomia enquanto dimensão constitutiva. Tomada como efeito da nova organização do capitalismo, a anomia é entendida em sua dimensão de produtora de desregulações, que entrega os sujeitos a um desamparo de uma atmosfera de indeterminação, produzida a partir de uma “sociedade dos riscos individuais”. Ao mesmo tempo, a anomia pode aparecer na condição de constituição que aponta a uma tendência humana à fragmentação, e não à unidade. Sob essa dimensão, ela não necessariamente se traduz em sofrimento, o que leva o texto a uma reflexão sobre o estatuto do Nome-do-Pai em psicanálise, sugerindo uma leitura de estruturas clínicas que não necessariamente se organizam sob essa lógica ordenadora, sem que isso implique uma organização psicótica.

O livro encerra com o epílogo escrito por Christian Dunker, onde o autor relembra que aquilo que constrói o diagnóstico de uma patologia sempre diz respeito, em maior ou menor grau, às ideias de adaptação, normalidade e periculosidade. Dunker aponta que resta saber se é possível uma perspectiva crítica em relação a esses parâmetros, e indica como possibilidade a construção de uma “psicopatologia não-toda”. Entre os caminhos possíveis desse projeto, ele destaca a compreensão da dialética social do reconhecimento presente nas formas de sofrimento, bem como o reconhecimento daquilo que não pode ser simbolizado pelas formas de vida de uma época, que aparece na figura do mal-estar. Insiste na fronteira entre mal-estar, sofrimento e sintoma enquanto socialmente definida, recupera a hipótese de experiências produtivas de indeterminação e, a partir disso, critica a consistência das categorias psicopatológicas que buscam uma totalidade exaustiva – incluindo a busca de uma totalidade possível entre sintomas e estrutura clínica por parte da psicanálise.

“Patologias do Social” nos relembra que sofrimento e sintoma denunciam o que está em jogo em uma ordem social, e suas formas de diagnóstico e tratamento necessitam alcançar esse horizonte. Ao fazer isso partindo de uma compreensão do sujeito que leva em conta a potência do indeterminado, nos remete às possibilidades críticas e, assim, transformativas, daquilo de irreduzível que aparece no humano, impossível de sintetizar e por isso insubmisso a uma gestão normativa das margens. Movidas por esse horizonte, as modalidades de

diagnóstico e tratamento do sofrimento se aliam ao trabalho da transformação social a ser imaginada. A isso, tanto a teoria social crítica quanto a psicanálise devem responder, o que torna “Patologias do Social” uma leitura essencial para aqueles que se ocupam da escuta do sofrimento, para aqueles que imaginam a transformação política e, principalmente, para aqueles tantos que se ocupam dos dois.

Fernanda Sandrin Zin é psicóloga. Membro colaborador da Sigmund Freud Associação Psicanalítica. Membro do coletivo Psicanálise na Praça. E-mail: feszin@hotmail.com